

MANIFESTOS E MANIFESTANTES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque – UFMG

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: Sem Financiamento

Neste momento em que se completam 75 anos da publicação do Manifesto dos Pioneiros, considerado como um marco na reorganização do campo educacional no Brasil, busco na pesquisa aqui apresentada poder contribuir para a produção de significados mais alargados sobre os “manifestos” na história da educação brasileira, recuperando uma iniciativa dos professores do século XIX, *O Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte* de 1871.

Os manifestos constituíram importantes marcos na história da educação brasileira. Manifestos que lançaram movimentos, constituíram identidades, organizaram e agruparam os signatários, como o dos Pioneiros de 1932, o dos Inspetores em 1934, a Carta brasileira de educação democrática em 1946, e o dos Educadores em 1959, somente para citar alguns que alcançaram grande repercussão e influenciaram profundamente os rumos dos debates sobre a educação nacional.

Ao manifesto de 1932 se atribui o papel de “divisor de águas”, e no seu aniversário de 70 anos foram realizados diversos colóquios, encontros, e seminários em várias universidades do Brasil, assim como foram lançados livros sobre o manifesto, sobre seus signatários e sobre seus efeitos na educação¹. Todos esses eventos comemorativos demonstram um pouco a força simbólica deste manifesto.

A análise dos manifestos escritos por professores, no caso o de 1871, fornece possibilidades para se pensar as condições de surgimento do movimento de professores. Suas formas de organização, reivindicação e atuação, funcionando como estratégia para reunir e publicar as suas iniciativas, de forma a dar ao público uma idéia da trajetória por eles percorrida em busca de reconhecimento, melhores condições de trabalho e por uma melhor remuneração para a classe. Os sujeitos que os assinam captam, reúnem e firmam

¹ Seminário “*A reorganização do campo educacional no Brasil – manifestações, manifestos e manifestantes*” na UERJ em 2002. Exposição Fotográfica “Um olhar sobre os pioneiros” Uerj - FFP, São Gonçalo. Colóquio “70 anos do Manifesto dos Pioneiros: um legado educacional em debate” ocorrido em Belo Horizonte em agosto de 2002.

opiniões e posições, o que, em grande medida, também pode ser entendido como um mecanismo que leva à própria constituição desses indivíduos como agentes históricos que procuram deliberar acerca de questões de seu interesse.

No caso do tipo particular de fonte com a qual trabalho, trata-se de um texto que, se não redigido por todos, tarefa impossível diante do tamanho do grupo que ele pretende representar, busca assumir essa identidade, formal e publicamente reconhecida pela coletividade que representa. Trata-se, portanto, de uma escrita coletiva. Há que se considerar o próprio gesto da escrita dos manifestos, o qual supõe uma articulação entre sujeitos que, minimamente, impõe a necessidade de um encontro do signatário com o texto para que o mesmo seja subscrito. Gesto que termina por apontar para o próprio reconhecimento e constituição dos assinantes, já que de acordo com Foucault, escrever é “mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro”. (1992 p. 145)

Essas fontes desenham as linhas de identificação de um grupo, cujo traço mais acentuado se refere ao seu caráter reivindicatório, pois são cartas que demandam. Manifestos que assinalam pontos a serem corrigidos, preenchidos. Deste modo, essa escrita adquire um caráter oficial ao se tornar coletiva. A marca da oficialidade se faz presente quando se observa que os mesmos são redigidos em nome da coletividade dos professores, em nome da “classe” que se pretendia constituir, algo maior que a individualidade das assinaturas, ou mesmo de todos os professores. O face a face instalado por este tipo de correspondência também possui a marca do remetente que se constrói como potência e como vazio, configuração pendular que deixa em aberto o que pode vir a ser. Imprevisível, já que, ao afirmar posições, contraria outras e, nessa disputa, apostam em um desejo de alcançar visibilidade e simpatia para o seu manifesto.

Nesse mesmo face a face, nos manifestos estudados os signatários encontram-se descritos fundamentalmente como potência, seja tratando a educação como coisa pública, objeto de interesse coletivo, seja demarcando posições, clamando pela responsabilidade do Estado diante das questões manifestadas.

Ao trabalhar com os manifestos, busco tentar pensar numa política dos usos e efeitos, numa tradição de se manifestar e na invenção dessa tradição, operando assim com três temporalidades, no momento de sua enunciação, como um marco no seu presente, um

efeito para a frente projetando um futuro, e outro para trás, para o passado, resignificado na leitura oferecida pelo manifesto,

Ao revisitar o passado, rever o que foi manifestado, reencontrar esses manifestantes e suas motivações, encontramos indícios, pegadas dos professores e de seus movimentos.

No que tange à prática de manifestos e à participação de professores organizados, ao contrário do que nos apresenta a historiografia consagrada, podemos afirmar que esta não foi exclusiva do sistema republicano. De acordo Martinez (1998), o manifesto de 1932 foi tomado pela historiografia como marco da reorganização do campo educacional no Brasil. Os educadores atuantes no movimento conhecido como “escola nova” constituíram uma tendência na história da educação, tendência esta que diluiu “(...) a memória da educação nos períodos Colonial e Imperial, chamando a atenção para a relevância de suas propostas e a ação de um Estado que visavam (re)construir” . (p. 2)

Em julho de 1871, um grupo de professores da Corte se reúne e lança um manifesto que alcançou grande repercussão na sociedade imperial, fato atestado pelos debates que suscitou na imprensa, entre os professores e as autoridades, e ainda, como seus “irmãos” do período republicano, levou a público denúncias, declarou princípios e apresentou propostas que visavam alertar as autoridades competentes, esclarecer e mobilizar a opinião pública, funcionando, ao mesmo tempo, como dispositivo que organiza setores do próprio professorado.

O *Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte*, de 1871, se encontra profundamente marcado pela atmosfera social de sua época, assim como o Manifesto de 1932, já que ambos os períodos estavam carregados pelos debates ideológicos do seu tempo, pela expectativa de mudança na política e na sociedade. Eram enfim, momentos estes marcados por desejos de transformações sociais.

Ao tentar construir um olhar sobre o Manifesto de 1871, é fundamental entendê-lo no momento de efervescência por que passava o Império na década de 1870², período em que se verifica no Brasil o crescimento dos movimentos republicanos, o declínio do regime monárquico.³ Em 1870 foi lançado o manifesto do Partido Republicano, e em 1871 foi

² CARVALHO, J. M. (1996).

³ O declínio do regime monárquico não se relaciona com falta de popularidade do Imperador, que segundo Schwarcz (1998), viveu na década de 1870 o auge da sua popularidade.

aprovada a Lei do Ventre Livre. Neste momento, um grupo de professores públicos primários da Corte se reúnem e elaboram uma série de quatro cartas/manifestos, três dirigidas às autoridades e uma aos concidadãos, nas quais descrevem a situação da instrução e dos professores.

A leitura do Manifesto de 1871 dá indícios do quadro de disputas e problemas que permeavam a educação e que esses professores divulgavam. Entretanto, os manifestos não constituem um documento único a exprimir o debate no qual a corporação docente encontrava-se envolvida. É importante perceber que os discursos contidos nos manifestos não são expressões de sujeitos individuais e devem ser compreendidos inseridos em um campo de força complexo, de debates, tensões e articulações no interior da corporação docente.

Como demonstra De Certeau (2002) em seu estudo sobre a escrita da história, as práticas e a escrita dessas práticas são regidas por regras distintas, havendo a irredutibilidade da primeira em relação à segunda. Assim, De Certeau adverte para a impossibilidade do emprego da idéia de encontrar, no discurso escrito, uma completa descrição do real ou, poderíamos dizer, uma verdadeira descrição do real que, no limite, seria uma espécie de espelho do próprio real.

Juntamente a estas questões, é importante alertar que trabalho o manifesto em sua materialidade, não apenas como fonte, mas principalmente como objeto de estudo, entendendo-o em seu lugar de aparecimento como um importante monumento, peça emblemática para a compreensão da participação organizada de professores nos rumos da educação, e como promotor da valorização do papel social e político do professor. Entendo este documento como uma ferramenta de auxílio na legitimação do campo profissional, que tem um importante papel na articulação e criação de associações profissionais, possibilitando, assim, perceber demandas de seus autores, a conjuntura política da época e as repercussões deste tipo de intervenção. Com este entendimento, devemos perceber, no local de produção, as relações e os sujeitos envolvidos na elaboração do manifesto, entendendo que a escrita se encontra determinada pelos constrangimentos e interesses desse meio. O discurso do manifesto produz e está articulado com estratégias e práticas que pretendem produzir uma autoridade baseada no local de fala dos manifestantes, construindo representações do mundo com base nos projetos aos quais os formuladores se filiam.

Trabalho com o entendimento de De Certeau de que o documento pode ser compreendido como um monumento, resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente - determinadas imagens de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é opaco. Cabe ao historiador lidar com qualquer documento considerando que um monumento é, em primeiro lugar, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos – monumentos (De Certeau, 2002).

Desta forma, ao estudar os manifestos dos professores públicos da Corte, é possível perceber, por um outro ângulo, que não o da documentação oficial do Estado, determinados problemas e situações do ensino no século XIX, perceber quais questões mobilizavam os professores, como eles se organizavam diante de tais fatos e desdobramentos causados por essas iniciativas. Um dos efeitos pode ser exatamente a consolidação dos docentes funcionando como atores corporativos, mutação em relação à qual este tipo de documentação pode ser entendido como um dos sintomas. Nessa linha de raciocínio, os manifestos podem ser indícios da criação dessas associações, estando relacionados à existência prévia de um trabalho coletivo e do entendimento, por parte dos professores, da existência de problemas comuns a todos, e de que, organizados, poderiam se fazer melhor representar diante do Estado e da sociedade.

Manifestos de uma classe deslembada

Quando uma sociedade se sente abalada em seus alicerces pela corrupção, que tudo tem invadido, quando a descrença nos homens e nas cousas é geral como acontece entre nós, a salvação da pátria só pode depender do apelo as inteligências ainda tenras das gerações novas (1871, p. 1).

Assim se inicia o *Manifesto dos professores públicos de instrução primária da Corte*. Datado de 28 de julho de 1871, declara a situação de abalo, corrupção e descrença da sociedade imperial, apontando a educação como possibilidade de mudar o estado das coisas. O manifesto que trabalho está localizado na Biblioteca Nacional (BN) e foi

impresso pela Tipografia de J. Villeneuve e Cia. Possui o formato de um pequeno livro de vinte e uma páginas, sendo composto por quatro cartas.

O grupo de professores públicos primários da Corte que elaborou esta série de cartas/manifestos na década de 70 do século XIX tinha à frente três professores públicos, Candido Matheus de Faria Pardal, João José Moreira e Manoel José Pereira Frazão, que assinam o manifesto “em nome da classe”. O professor Frazão foi o relator desse manifesto e expoente desse grupo que participou de muitas outras iniciativas em “nome da classe”, sendo reconhecido por suas tentativas de organizar uma associação de professores, o *Instituto Profissional dos Professores*. Em 1863, com 27 anos⁴, entrou para o magistério primário. Nesta mesma época começou sua atuação militante, escrevendo artigos relativos à situação da instrução pública na Corte, que foram publicados no jornal *Constitucional* em março e abril de 1863. Esses artigos continham críticas à política e às condições salariais a que estava submetida a instrução pública nesse momento. Frazão fazia as críticas sobre o pseudônimo de “*Professor da Roça*”.

Se aposentou depois de 32 anos de magistério, em 1895, já na República. Ao longo desse período, ocupou assento no Conselho da Instrução Pública, inclusive sendo enviado para a Europa com o objetivo de estudar a organização do ensino público. Essa trajetória lhe valeu um verbete no dicionário Biográfico de Sacramento Blake (1889), sendo seu nome considerado digno de registro junto com outros nomes influentes do período. Nesse verbete, há o relato de “seus grandes feitos”, estando registrado como um dos maiores destaques a autoria do *Manifesto dos Professores Públicos da Instrução Primária*, ao lado de Candido Matheus de Faria Pardal e João José Moreira, os quais passo a apresentar.

João José Moreira foi professor público da instrução primária no Rio de Janeiro. Moreira foi membro da Sociedade Propagadora das Bellas Artes e de outras sociedades, participou de jornais e outras iniciativas de professores.

Candido Matheus de Faria Pardal, foi professor do Colégio de Pedro II, e da instrução primária, depois de obter em ambos sua jubilação, exerceu ainda o cargo de diretor das escolas da municipalidade. Também atuação destacada nas iniciativas de professores nas décadas de 1870 e 1880.

⁴ Há no AGCRJ, no código 10-4-8, o certificado de batismo de Manoel José Pereira Frazão, apresentado em 1863 no momento de sua nomeação.

Falando “em nome da classe deslembada”, esses professores tiveram uma atuação combativa em defesa dos interesses profissionais da docência, ainda que a denominação de “deslembados” tenha sido dada pelo próprio Imperador Pedro II em um discurso. É fácil perceber que o Estado Imperial não havia se esquecido dos professores ou da instrução pública, como faz parecer o discurso do Imperador, pois a instrução pública era intensamente vigiada e controlada pelos poderes do Estado.

Podemos comprovar sua presença e atuação pelos relatórios do Ministro dos Negócios do Império, nos quais havia uma seção sobre a instrução em seus diferentes níveis de ensino, e pela criação e atuação da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte - a IGIPSC. A instrução era atentamente acompanhada pelos poderes do Estado que buscavam moldar e controlar os conhecimentos ensinados por intermédio de mecanismos como a formação e seleção de professores⁵, a seleção de professores⁶, a adoção e circulação de livros⁷, os debates das Conferências Pedagógicas⁸ e a atuação dos delegados. Se a classe não estava realmente deslembada, podemos ver, pelos mesmos relatórios do Ministro dos Negócios do Império⁹, que ela não figurava entre as que recebiam maior atenção na divisão de recursos, e isso se fazia sentir nos locais utilizados como escolas, nos materiais escolares (ou melhor, na falta deles) e principalmente nos salários dos professores, conforme foi denunciado, mais de uma vez, na imprensa da época. professores Pardal, Faria e Frazão redigem o manifesto em nome dos deslembados, sendo a primeira destinada ao Conselheiro Paulino José Soares de Souza, em 25 de agosto de 1870; a segunda é dirigida ao corpo legislativo, em 20 de junho de 1871; e, devido à recepção dos manifestos anteriores, uma terceira foi escrita, para ninguém menos que o próprio Imperador Pedro II, e enviada “poucos dias antes de sua partida para a Europa”, A última carta foi datada de 28 de julho de 1871, sendo dirigida aos concidadãos. Estas cartas foram reunidas em julho de 1871 e publicadas com o título de *Manifesto dos Professores Públicos de instrução primária da Corte*, denunciando problemas que envolviam a instrução pública e os professores.

⁵ Acerca da formação dos professores na Corte e das Escolas Normais, cf. UEKANE, 2005.

⁶ Para saber sobre o processo de seleção de professores nas escolas da Corte PINTO (2005).

⁷ Acerca das relações que envolviam os livros utilizados nas escolas da Corte, cf. TEIXEIRA, 2005.

⁸ Sobre as Conferências pedagógicas, cf. BORGES, 2005.

⁹ Com o ato adicional de 1834, a instrução elementar ficou como responsabilidade das províncias, o que criou uma situação singular para a instrução elementar na Corte, que era de responsabilidade do Governo Imperial.

Sobre a estrutura do Manifesto impresso pela Tipografia J. Villeneuve, é interessante perceber que consiste em uma reunião de várias iniciativas dos professores que já haviam sido levadas a público e ao conhecimento das autoridades por meio dos jornais e de ofícios ao Governo, compiladas naquele momento, para serem divulgadas em conjunto. Os materiais foram organizados cronologicamente, da carta mais recente, destinada aos concidadãos, fechando com a destinada ao Conselheiro Paulino, demonstrando assim a trajetória percorrida pelos professores e um certo grau de organização e articulação. Percebe-se que não se tratava de iniciativas isoladas e descoordenadas e, ainda que fosse este o caso, pretendia-se, com a reunião dos textos dar-lhes outra forma.

Outro ponto significativo a se observar é quem eram os destinatários; quem eram, no entendimento dos professores, as autoridades interessadas e envolvidas com o poder de modificar a situação: o Imperador, os legisladores, o Ministro dos Negócios do Império e os “concidadãos”. Os destinatários fazem parte de um cálculo realizado pelos professores: ocupantes do poder, a eles os professores levaram as queixas e propostas; sem conseguir o que buscavam, encaminham seu manifesto aos “concidadãos”, ao “poder real da nação”, adotando a estratégia de ir à população como forma de pressionar os ocupantes do poder.

A carta endereçada aos concidadãos, no seu início, marca o momento de valorização do patriotismo vivido pela sociedade brasileira com a vitória na Guerra do Paraguai, e refere-se às reformas que eram esperadas com o fim do confronto, inaugurando um período de justiça em relação aos direitos dos negros, descritos no documento como uma parte da humanidade “oprimida”. É interessante notar que essa abertura concentra as principais discussões do período, em relação às quais os professores não se omitem. Como exemplo dessas discussões, há o debate referente à aprovação da Lei de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, que reforçava a importância da instrução popular, ajudando a colocar em evidência esta preocupação. O Manifesto foi publicado um mês antes dessa lei, mas a busca por direitos reconhecidos de que falavam, e que eram esperados pelos signatários do Manifesto, a abolição, só viria 17 anos depois.

Neste manifesto os professores centram as críticas na forma como eram tratados pelos poderes do Estado, pela apatia dos concidadãos e aproveitam para colocarem duas questões que estiveram no centro dos debates naquele momento: a questão salarial e a

crítica à construção dos modernos edifícios escolares, os “palácios”, como foram conhecidos na época.

A segunda carta que aparece no *Manifesto dos Professores Públicos da Instrução Primaria da Corte*, publicado em 1871, tem como título “A. S. M. o Imperador poucos dias antes de sua partida para a Europa”. Isso demonstra como os professores se esforçaram para dar ciência do Imperador das queixas da classe, mesmo que:

(...) poucos dias antes de sua partida... Cumprindo que Vossa Magestade não deixasse de ser informado desta resolução da classe antes de sua partida. (p.12)

É interessante confrontar a estratégia presente nesta carta ao Imperador com a destinada aos concidadãos. Neste, os professores afirmavam que o povo “constitui o poder real da nação”, e queixam-se dos “poderes do Estado”. Já diante do Imperador, queixam-se da sociedade, o que, em certa medida, pode ser entendido como uma crítica também ao Imperador, que prometeu em sua fala do trono que ia cessar de haver uma classe “deslembrada entre as classes de funcionarios públicos”.

Os professores informam ao Imperador que:

Concluída a guerra, os professores se dispunhão a dar um passo no sentido de implorar a protecção de Vossa Magestade, quando Vossa Magestade se antecipou a pronunciar a palavra INSTRUCÇÃO, cedendo em favor desse elemento cardeal da sociedade algumas vantagens que lhe erão offerecidas. Agitou-se o paiz inteiro á influencia da palavra mágica de V. M. Imperial. (p.12)

As promessas de uma reforma na lei da instrução geraram esperança nos professores, esperança que, segundo eles, se dissipou com o projeto apresentado pelo então Ministro dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza, alvo principal das críticas dos manifestantes. As críticas dirigem-se especialmente a questão financeira, já que o projeto apresentava apenas algumas gratificações a serem atribuídas na proporção de serviços prestados e a prestar, o que causou grande descontentamento nos professores:

É impossível descrever a Vossa Magestade o profundo desgosto que se apoderou da classe; tão profundo era, que quasi tocava a indignação! Signaes de cohesão começarão então a notar-se. Creou-se uma commissão incumbida de zelar os nossos interesses e de

levar as queixas da classe a todos os poderes do Estado, inclusivamente ao poder real. Era e é o programma da comissão pedir, rogar, implorar, e finalmente queixar-se amargamente a sociedade pela imprensa contra o seu mesmo indifferentismo, se porventura fossem improficuos os outros meios impregados. (p.13)

Já no manifesto enviado ao legislativo, os professores iniciam informando que o requerimento já havia sido apresentado, e que fora:

(...) prejudicado pelo projecto de reforma da instrucção publica, elaborado pelo Exm. Sr. Conselheiro Paulino José Soares de Souza, quando Ministro do Império. (p.15)

O requerimento dos professores públicos da Corte pedia aumento de ordenados. Para tanto, os signatários do Manifesto se apresentam como representantes dos professores: “constituídos por seus companheiros de infortúnio seus legítimos representantes.” Buscam nesse momento “licença a V. Ex. para ponderar-lhe que aquelle projecto”, segundo os professores, em nada melhoraria as condições da “infeliz classe que os abaixo assignados tem a honra de representar”. Afirmam ainda que já haviam apresentado suas ponderações ao mesmo Conselheiro Paulino, em um memorial que também encaminharam para a Assembléia.

Para justificar o pleito, utilizam um argumento interessante, que de certa forma, demonstra a possibilidade de se pensar a constituição da profissão a partir das falas dos próprios professores. No momento em que se descrevem como merecedores dos pedidos feitos, assim se auto-representam:

Quanto a categoria, a modéstia não permite pretender a superioridade; mas a inferioridade, essa a nossa dignidade manda repellir. (p.17)

Uma marca nesse conjunto de manifestos é a dureza das palavras, considerados por alguns professores como demasiada e ofensiva¹⁰. Essa marca de escrita está presente em

¹⁰ Debate travado entre os Jornais a Instrucção Publica e a Verdadeira Instrucção Publica, a respeito de uma carta publicada no Jornal do commercio em 1872 sobre o manifesto dos professores de 1871.

outros textos assinados pelo professor Frazão, que, nesse momento pede perdão pela dureza das expressões, mas justifica seu uso dizendo que “a dor não tem juízo”, e que:

(...) não conhecemos dor maior do que a que sente um homem de dignidade quando se vê desconhecido por aquelles mesmos que o devião acoroçar e estimular o trabalho honesto, uma das mais importantes condições de nobreza do século Actual. (p.17)

A publicação do *Manifesto* dos Professores Públicos de Instrução Primária da Corte (1871) se encerra com a carta de 25 de agosto de 1870 dirigida ao Conselheiro Paulino José Soares de Souza, sendo necessário destacar que esta é a carta mais antiga, e que há, em todas as outras três, referências a ela ou aos relatórios redigidos por Paulino. No momento da publicação do manifesto, o Conselheiro Paulino já não ocupava mais o cargo de Ministro do Império, no Gabinete do Visconde de Itaboraí¹¹. Devido a este fato, o manifesto apresenta tal carta com a seguinte ratificação “Ao Senhor Conselheiro Paulino quando Ministro do Império”.

Quando foi escrita e publicada pela primeira vez no *Jornal do Commercio*, em 30 de julho de 1870, a carta cumpria a função de deixar público para o então Conselheiro e para a sociedade as dificuldades que atravessavam os professores, que naquele momento, pediam aumento dos seus salários. Aumento com que, aliás, o conselheiro havia se comprometido. Queixavam-se também do projeto de reforma da instrução pública apresentado por ele à Câmara dos Deputados, pois, apesar de dar ao Governo autorização para elevar até mais um terço os vencimentos dos professores na razão de serviços prestados e por prestar, segundo os professores:

(...) uma tal concessão em nada altera as condições actuaes da infeliz classe que os abaixo assignados tem a honra de representar. Será, pois, um incentivo para desafiar a actividade dos professores no desempenho de seus deveres, nunca, porém, um melhoramento para a classe! Este só poderá dar-se com o augmento dos ordenados, por serem estes os únicos vencimentos que percebe o empregado publico, quando prostado no leito da dor. (p.19)

¹¹ Este gabinete foi substituído em 29 de setembro de 1870 pelo Gabinete do Visconde de São Vicente, tendo como novo ministro João Alfredo Correia de Oliveira.

O desacordo dos professores com o projeto apresentado pelo Conselheiro Paulino transpareceu até no manifesto destinado ao Imperador, o qual diz:

Exultarão os professores, porque a reforma da instrução publica estava na boca de todos. Entretanto esta ilusão em breve se dissipou: appareceu o projecto do Sr. Conselheiro Paulino José Soares de Souza, (...). É impossível descrever a Vossa Magestade o profundo desgosto que se apoderou da classe; tão profundo era, que quasi tocava a indignação. (p.12).

O manifesto destinado ao Conselheiro Paulino afirma que ele,

(...) que conhece o estado actual das cousas nesta cidade, comprehende que o professor que só dispõe de 66\$666 para com elles pagar casa, e a quem lhe sirva, e ainda sustentar mulher e filhos, pagar medico e botica, etc., diga-se a verdade vive na miséria! Sim, Exm. senhor, é preciso que se diga toda a verdade a V. Ex.: os professores públicos da Corte vivem, na miséria.(p.19)

A Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte já tinha conhecimento da reivindicação dos professores, por meio dos delegados de distrito, e no momento que o Manifesto chegou as mãos do Imperador houve uma grande agitação na cúpula da Inspeção, com trocas de officios e cartas em caráter reservado entre o Inspetor Geral e o Ministro do Império. Em um destes documentos, O conservador José Bento da Cunha Figueiredo, prometia ao ministro João Alfredo obter informações sobre “os procedimentos a que podem estar sujeitos os professores Frazão, Pardal e Moreira, pelo manifesto publicado no Jornal do commercio, no dia 30 do mês de julho”

Porém, apesar de o governo buscar uma forma de punir os professores, devido às dificuldades legais na sua execução, o Inspetor sugeriu que o Ministério dos Negócios do Império fizesse apenas uma “repreensão” por escrito.

A presença da carta destinada ao Conselheiro Paulino, mesmo este já tendo deixado o cargo do Ministro dos Negócios do Império, e o fato de ser esta a mais antiga entre as publicadas no *Manifesto de 1871*, pode ser explicado pela importância do Conselheiro para o movimento dos professores. No seu relatório de 1868, apresentado na legislatura

seguinte¹², o Conselheiro Paulino informa na parte dedicada à instrução: “Sinto pois ter de dizer-vos que as condições da instrução primária nessa Corte estão ainda longe de satisfazer as necessidades sociaes” (Brasil, 1968 p.23) e, atribui isso ao fato de haver na Corte poucas escolas. Segundo ele, estas ficavam aquém do que poderiam apresentar, por “falta de bons professores”. (p.24). Trabalho com a hipótese de que tal “acusação” fez surgir nos mestres escolas uma indignação e os motivou a criar um espírito de grupo, ou nas palavras dos próprios manifestantes, “Signaes de cohesão começarão então a notar-se” (1871, p.6).

Tanto que a primeira carta dirigida aos concidadãos, denunciava que uma classe inteira de funcionários públicos,

(...) classe talvez a mais importante dos servidores do estado, vive oprimida, ludibriada, escarnecida, e o que mais é humilhada pela injustiça em que os poderes do estado a apelidão constantemente de ignorante!”. Ainda segundo o manifesto, “não há ministro novo que não diga no seu primeiro relatório que somos ignorantes, e que depois não modifique o seu juízo reconhecendo a injustiça que nos fez!” (p.19)

Reclamam também do valor do salário de que dispõem para pagar moradia, médico, botica e sustentar mulher e filhos, o qual, afirmam, os coloca na miséria:

Sim, Ex., senhor, é preciso que se diga, toda a verdade a V.Ex.: os professores públicos da Corte vivem na miséria”. Indagam ainda ao conselheiro se não seria indecoroso ao Estado que: “(...) os professores, continuem estes a ter de ordenado 66\$666, e sejam forçados a deixar suas mulheres e filhas entregues talvez a prostituição, se lhes não valer o pão da caridade?! (p.18)

A forma dura como o manifesto trata o Conselheiro Paulino foi motivo de ruptura no grupo dos professores que apoiou inicialmente o seu lançamento. Essa ruptura foi explorada em um editorial do jornal *A Instrução Pública*, que valeu resposta quase imediata do professor Frazão por meio do jornal *Verdadeira Instrução Pública*. No meio desses debates, o professor que havia iniciado a troca de acusação aparece no *Jornal do Commercio*, reafirmando suas críticas aos termos usados pelo professor Frazão para expor a

¹² Colleção de Leis do Império 1888.

situação; porém, reafirma também seu apoio ao manifesto: sua crítica estava na forma, e não no conteúdo, que era por ele considerado verdadeiro.

As republicações: construindo uma história.

Se o primeiro sentido de apresentar esses manifestos fica evidente ao ler o seu conteúdo e ver a sua destinação, qual seria o sentido de suas republicações? A primeira delas foi feita no *Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte*, em 1871.

Esse foi o momento em que a classe tomou a resolução de apresentar, de forma organizada, a trajetória por ela vivida, aqueles a quem denomina como “o poder real da nação”, poder que não seria do Ministro, do Parlamento ou mesmo do Imperador e, sim os Concidadãos. Com isso, os professores deixam claro suas desilusões com os poderes do Estado, no caso o executivo e o legislativo.

No jornal *A Verdadeira Instrução Pública*, o Manifesto destinado a Paulino foi republicado mais uma vez no aniversário de um ano da edição de 1871. Sua republicação cumpre o papel de marco, é comemorativo e, nessa perspectiva, a relação é menos com o tempo ou as demandas de quando foi escrito, e mais com o poder de intervir e construir sentidos, dar visibilidade a uma trajetória. Já não é mais o que foi construído para ser; agora é um monumento para os professores, que nas suas republicações lhe atribuíram e agregaram outros sentidos, calculando novos efeitos: a fundação de uma identidade, a invenção de um “nós”. Temos aí a evidência de uma história que se oferece como suporte e como fundamento para outras iniciativas.

Um manifesto/identidade, renovado a cada leitura, que faz reviver um passado e que ajuda a restaurar um esquecimento e encontrar os movimentos pelos sinais por eles deixados. Quando retomamos as suas práticas e analisamos os traços encontrados, este documento já não é mais a fonte, e sim um objeto, sintoma de todo um movimento, cujas causas exatas nos escapam. Assim, a tentativa de busca por sua causa original, pela essência exata do momento, nos remeteria a retornos sem fim, e esse afastamento demonstraria que “atrás das coisas há algo inteiramente diferente (...) que essa essência foi

construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”. (Foucault, 2002, p. 18).

Deste estudo, não busquei recuar no tempo e estabelecer algum tipo de continuidade nas práticas de manifestações; ao contrário, busquei estudar os manifestos em seus momentos de aparecimento, colocando-os em relação a outros documentos, constituindo séries e relações entre eles. Assim, as análises dos manifestos fornecem possibilidades para se pensar as condições de surgimento do movimento de professores, das suas formas de organização, reivindicação e atuação, funcionando como uma estratégia dos docentes professores para reunir e publicar as suas iniciativas de forma a registrar os caminhos por eles percorridos em busca de reconhecimento, melhores condições de trabalho e por uma melhor remuneração para a classe. Classe esta que, ao que parece, ainda hoje, no século XXI de um Brasil Republicano, permanece entre as “deslembradas” do poder e que, tal como no Brasil do Império, tem de organizar-se e ir a público, tem que manifestar-se.

Se o primeiro sentido de apresentar esse manifesto fica evidente ao ler o seu conteúdo e ver a sua destinação, qual seria o sentido de suas republicações? A primeira republicação foi feita no *Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte em 1871*, junto com outras de iniciativas dos professores. Esse foi o momento em que a classe toma a resolução de apresentar, de forma organizada a trajetória por eles vivida, a quem denominam “o poder real da nação”, poder que não seria o Ministro, o Parlamento ou mesmo o Imperador e sim, os Concidadãos, deixando claro, com isso, suas desilusões com os poderes do Estado. Neste momento, o Conselheiro Paulino, que havia sido o alvo do primeiro manifesto em 1870, já não ocupava mais a pasta de Negócios do Império e, a inclusão da carta destinada a ele, além de demonstrar a trajetória dos manifestantes, indica sua importância para o movimento.

Ao que aparenta pelos manifestos, o relatório de 1868, do Ministro dos Negócios do Império, apresentado por Paulino em 1869, auxiliou os professores a criar um espírito de grupo, ou, nas palavras dos próprios manifestantes, “Signaes de coesão” começarão então a notar-se. Esses sinais de coesão, ao que tudo indica, levaram à republicação dos manifestos escritos em 1870, incluindo o destinado ao Conselheiro Paulino e até à criação do já mencionado jornal pedagógico *A Verdadeira Instrução Publica*, em 1872.

Desta forma, ao se analisar os *Manifestos dos Professores Públicos da Corte*, é possível perceber, juntamente a visão dos professores sobre os problemas e a situação do ensino no século XIX. Quais questões que mobilizavam os professores, as tentativas e estratégias postas em ação e combinadas visando a monumentalização do Manifesto de 1871, época em que, segundo Nóvoa (1991), foram produzidas mudanças sociológicas no corpo docente primário que criaram condições para o nascimento das primeiras associações profissionais e que, a emergência desse ator corporativo constituiu a última etapa do processo de profissionalização da atividade docente. Nessa linha de raciocínio, os manifestos podem ser entendidos também como indícios da criação dessas associações, sendo assim sumamente importante “criar uma História” com seus protagonistas, seus marcos e marcas.

O Manifesto de 1871, ficou esquecido numa história que apagou as disputas e iniciativas da educação na Corte, num período que passou a ser entendido como um vazio em matéria educacional de um regime que havia ficado para trás. Daí a importância de entender esses manifestos em perspectiva, no momento que propiciou sua condição de aparecimento e no momento de suas republicações. Perceber nesses diferentes momentos as mutações atribuídas ao manifesto e, dessa forma, a tentativa de construir tradições.

O manifesto e suas republicações indicam a experiência de organização de um grupo como ator social em formação, como nos demonstra Thompson (1987), em “*A Formação da classe operária inglesa*”, onde trabalha a idéia de “fazer-se”. Fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. Os professores da Corte Imperial estavam presentes no seu próprio “fazer-se” como classe profissional. Constituindo-se a partir das lutas empreendidas os professores e professoras. Estavam no olho do furacão, submetidos a determinadas relações de poder e também definindo-as.

Assim como já alertava Marc Bloch (2001), “A história só é feita recorrendo-se a uma multiplicidade de documentos e, por conseguinte, de técnicas”. Por mais interessante que possa ser a análise do manifesto hoje no século XXI, se não o colocarmos junto a outros testemunhos dos momentos e buscarmos entendê-los dentro de um complexo campo de forças, corremos o risco de não irmos além das palavras impressas no papel, de perdermos os movimentos, debates e disputas que essas palavras nos apontam.

Transformando esse documento, dessa forma, na verdade, e assim, talvez, cumprindo o que seus signatários queriam, transformando-o em manifesto/monumento ¹³.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, A. *Governo dos professores primários na Corte Imperial: um estudo acerca dos dispositivos de inspeção docente*. 2005. Monografia de conclusão de curso de graduação - Faculdade de Educação, UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

De CERTEAU, M., *A escrita da história* 2. Ed. Tradução.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 3. ed. Trad. Antonio Cascais e Eduardo Caeiro. Lisboa: Vega/Passagens, 1992

GARCIA, I. *Certames de Atletas Vigorosos/as: uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863)*. 2005. Dissertação (mestrado em educação) Faculdade de Educação, UERJ, 2005.

LEMOS, D. C. A., TEIXEIRA, G. B. *Adoção de livros escolares no século XIX: entre práticas e tensões* In: Seminário de Educação, 2., 2004, São Gonçalo. *Anais do II Seminário de Educação* Eduerj, 2004. p.108.

MARTINEZ, Alessandra F. *Educar e instruir: A instrução pública na Corte Imperial (1870 – 1889)*. 1998. Dissertação (mestrado em educação) Faculdade de História, UFF, Niterói. 1998.

RAGO, M. *Foucault um pensamento desconcertante – o efeito Foucault na historiografia brasileira*. Tempo Social. USP: São Paulo, 7(1-2): 67-82, 1995.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. *Caminhos do saber escolarizado: produção, controle e circulação de livros nas escolas primárias da Corte Imperial*. Monografia (graduação em Pedagogia) Faculdade de Educação. UERJ, Rio de Janeiro. 2005.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 v., 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹³ A idéia que busco é a de sacralização de monumentalização de determinada obra, que fique como uma construção, símbolo de uma vitória, marca de uma luta e identidade, um marco.

UEKANE, Marina Natsume. *Educar no método de Educar*: um estudo acerca da formação de professores na Corte Imperial (1854 – 1888). Monografia (graduação em Pedagogia). Faculdade de Educação. UERJ, Rio de Janeiro. 2005.

Fontes:

(BN):

BRASIL, *Relatório do Ministro dos Negócios do Império*. 1845 – 1880.

BRASIL, Ministério do Império. Ministro P. J. Soares de Souza, *Relatório do Anno de 1868*, apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 14ª legislatura.

Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte. Rio de Janeiro, Typographiade J. Villeneuve e Cia, 1871.